

SIM

A greve ainda é um instrumento**Contra as oligarquias acadêmicas**

Luiz Henrique Schuch

Professor da Universidade Federal de Pelotas • 1º Vice-presidente Regional RS do ANDES - SN

A impossibilidade de negar a força de trabalho por decisão coletiva da categoria em condições consideradas aviltantes ou diante de processo negocial desrespeitoso, na sociedade capitalista, seria retornar ao estágio pré-abolicionista.

Entre as várias derivações (ou categorias de análise) que são pertinentes no debate atual sobre o direito de greve, duas são centrais, quais sejam, a peculiaridade da greve nos serviços públicos e a eficácia da greve como instrumento para conquista das reivindicações dos trabalhadores.

Se fosse possível viver a abstração de um lugar ideal, onde o Estado fosse justo e os governos equânimes operadores do interesse público, estaríamos diante de um esvaziamento conceitual e ético à cogitação de que os SERVIDORES PÚBLICOS paralisassem coletivamente as suas funções por decisão autônoma.

Não é esta a realidade. Vivemos aquilo que o sociólogo Chico de Oliveira chamou de milagre, do ponto de vista do povo e escândalo do ponto de vista da elite: – A consciência e a defesa do “interesse público” gerada no interior de instituições públicas brasileiras, como as universidades, em aparente contradição com o caráter patrimonialista, repressivo, ideológico e excludente que presidiu historicamente o Estado.

Contra a submissão neocolonial, levantaram-se os movimentos sociais para defender soberania nacional dentro do próprio aparato estatal. Enfrentando a manipulação dos sucessivos Governos destinada ao atendimento de interesses particularíssimos, seja pela via das políticas econômicas, seja pela corrupção que são, na verdade, constitutivas da mesma coisa, brotaram como expressão de cidadania dos próprios servidores públicos, apesar de todas as pichas que recebem os “barnabês”, os movimentos voltados à defesa do papel eminentemente público do Estado, a defesa das políticas públicas que atendam os interesses da população e, vinculado a isto, as condições adequadas para o exercício deste TRABALHO PARA O PÚBLICO.

O nascimento do ANDES SN é autêntica expressão disto. Antes de ser uma organização destinada a defender os interesses corporativos da categoria docente, a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, hoje Sindicato Nacional, foi constituída em defesa de um projeto de ensino, de ciência, de universidade, comprometido com uma perspectiva social.

Em hipótese alguma os movimentos de pressão organizados pelos servidores públicos brasileiros podem ser rotulados como atentados contra o Estado e muito menos contra a população. Ao contrário, fo-

ram voltados a redirecionar a ação de governantes e gestores que usurpam o significado de “poder público” pois que, estes sim, atentam contra a sociedade.

Além do mais, a greve é prevista constitucionalmente, embora as sucessivas tentativas de descaracterizá-la sob os mais variados títulos, inclusive o de regulamentá-la. Desta forma, na realidade brasileira é lícita e imperiosa a pauta de mobilizações, ações políticas e força de pressão dos servidores públicos, inclusive a greve. Clarificada a justiça, resta responder sobre a eficácia do instrumento, em tese, já que a oportunidade somente pode ser avaliada diante de situações específicas à luz da correlação de forças.

Aqui, quem primeiro deveria falar são aqueles que tentam desqualificar a greve dos servidores públicos, indicando quais outras formas de luta viáveis, que ainda não foram praticadas, poderiam substituí-la, pois são evidentes os ganhos históricos resultantes dos movimentos grevistas. Voltando ao caso específico do ensino público, podemos dizer com segurança que o Brasil só possui uma rede articulada de universidades federais, em consequência da conquista da carreira única e da isonomia salarial nas IFES, resultante dos movimentos paredistas articulados pelo ANDES SN. Justo numa quadra histórica em que os governantes de plantão tentavam operar a dispersão do sistema, seja pela priorização do estatuto jurídico fundacional para todas as novas instituições criadas, seja pela quebra da identidade docente com o “orçamento global com controle finalístico” visando defenestrar a tese da carreira docente nacional, numa clara ofensiva contra a vinculação dos salários das universidades federais ao orçamento da União.

Pressão política sim, com consciência e mobilização. As greves nunca foram o primeiro e muito menos o único instrumento de pressão, mas sempre foram e continuam sendo importantes para romper com o rolo compressor do “pensamento único” pactuado entre a maioria dos governantes e a grande mídia servil, a partir dos interesses meramente econômicos.

Praticamente inexistente, na vida política concreta do país, espaço para o convencimento pelas idéias nem pela qualidade dos argumentos somente. A teia por onde se expressam os interesses é de tal ordem perversa que não mede os meios, incluindo



“As greves são importantes para romper o rolo compressor do ‘pensamento único’”

todos os tipos de corrupção, como agora está bem evidente, à vista de todos. A nossa chamada “democracia representativa” desnuda sua precária constituição, transformando em quase nada aquele romântico poder do voto. Descartando os instrumentos bélicos, por motivos óbvios, restam então poucos instrumentos democráticos para influir.

Um dos mais agudos meios de expressão do poder cidadão, com destaque aos servidores públicos, continua sendo o exercício do direito de greve, pois é um dos poucos que podem ameaçar de desgaste as autoridades públicas quando estas lhes viram as costas ou viram as costas para a sociedade. A não ser pelo risco de desgaste público, poucas são as possibilidades de que dêem ouvidos aos trabalhadores.

Há, no entanto, uma transformação na base social dentro dos serviços públicos a partir da década de 90. Nas universidades isto é bem evidente a partir da implementação da chamada ideologia Bresser/Paulo Renato. Esta sim tem sinalizado risco de corrosão às possibilidades de conquistas das greves.

O poder da greve como instrumento não diminuiu nem se desgastou perante os governos ou perante a sociedade, mas pode ser ameaçado por valores e práticas internas às próprias categorias. Isto no grau em que seus quadros possam se tornar permissivos para substituir a compromisso coletivo, o caráter de universalidade, de inclusão e de publicidade, além da equidade e da isonomia, essenciais ao serviço público, pela

supremacia dos interesses pessoais de cada um ou de pequenos grupos. Esta seria a maneira de operar a exclusão e a antiisonomia na sombra de um novo conceito de qualidade (ou desempenho, ou excelência) correlacionado apenas com a habilidade de expressar desempenho na adaptação aos interesses do mercado (e todas as vantagens pessoais imediatas que isso pode trazer).

Não bastassem ameaças externas, as universidades públicas brasileiras podem correr o risco de ver a sua função social/histórica enfraquecida pela constituição interna de uma espécie de oligarquia acadêmica pós-moderna, encastelada em ilhas cercadas de vaidades por todos os lados. É interessante observar como os rumores deste tipo de mutação, originalmente presente nas áreas tecnológicas, começam a se manifestar também nas ciências humanas.

Os lucros sabem como estimular a inspiração narcísea dos seus agentes instrumentais, criando uma sensação de sucesso pelo foco momentâneo dos holofotes. Levam a cabresto, mas sob ilusões de liberdade acadêmica e eficiência. Algumas características das novas formas de financiamento científico no país são eloqüentes neste sentido. Se uma casta deste tipo vicejasse, certamente os seus membros não reforçariam a greve. Em primeiro lugar pela possibilidade de imediata diminuição das receitas nos seus “caixas dois” e em segundo lugar por princípio, pela identidade que teriam com aquelas premissas espúrias, lamentavelmente ainda presentes no Estado brasileiro e contra a qual as greves têm se batido: o caráter patrimonialista, repressivo, ideológico e excludente.